

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E DA SOCIEDADE CIVIL

HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA - ORG.



**GESTÃO, INOVAÇÃO
E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

VOLUME III



Pantanal Editora

2021

Hudson do Vale de Oliveira
Organizador

**ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS E
DA SOCIEDADE CIVIL
GESTÃO, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL
VOLUME III**



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. Imagens de capa e contra-capas: Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adayson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Prof. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Prof. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Prof. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris Argente-Martínez	Tec-NM (México)
Prof. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Prof. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Prof. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Prof. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Prof. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Prof. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

O68 Organizações públicas, privadas e da sociedade civil [livro eletrônico] : gestão, inovação e responsabilidade social: volume III / Organizador Hudson do Vale de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 104p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88319-72-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786588319727>

1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Responsabilidade social. I. Oliveira, Hudson do Vale de.

CDD 354

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Este terceiro volume da obra “Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil: Gestão, Inovação e Responsabilidade Social” traz oito capítulos, teóricos e empíricos, apresentando análises e reflexões que precisam estar sempre na mesa de debates, sobretudo pela constante transformação pela qual a sociedade passa, em função dos diferentes contextos, como a questão da pandemia que tem assolado o mundo desde 2020, e da forma como os atores atuam frente aos contextos existentes, interferindo, portanto, positiva ou negativamente, nas práticas e nas ações desenvolvidas pelas organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo intitulado “Arquivo-Geral do MPRN: Gestão Arquivística Documental no Processo de Digitalização do e-MP”, tem como propósito identificar as normas e os parâmetros exigidos no processo de digitalização de documentos, frente à implantação do sistema e-MP e também apresenta os desafios na área de gestão documental eletrônica na administração pública.

No segundo capítulo, “Narrativa e Militância na Reconstituição Histórica de uma Comunidade de Baixa Renda”, as autoras trazem um relato realizado em uma comunidade de baixa renda, em Aracaju/SE, abordando, dentro outros elementos, os principais aspectos históricos, sociais, políticos e identitários da comunidade.

Com o título “Empreendedorismo Socioambiental: Uma Abordagem Transdisciplinar nos Cursos Técnicos Integrados do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste”, no terceiro capítulo as autoras trazem um relato de uma ação de natureza pedagógica desenvolvida e implantada, desde 2016, no *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), abordando a temática do empreendedorismo socioambiental.

No quarto capítulo, “Regimes Internacionais e suas contribuições para o Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente no Mundo: Uma Reflexão em relação à Preservação do Meio Ambiente e dos Animais”, os autores trazem algumas reflexões com foco em discutir os regimes internacionais e as suas contribuições para o desenvolvimento econômico e para a preservação do meio ambiente em todo o mundo.

O quinto capítulo, “Análise do Modelo de Avaliação de Pessoal adotado em SUAPE/Pernambuco”, traz uma apresentação do modelo de avaliação de desempenho adotado pelo complexo portuário de Suape/PE, e busca discutir a importância desta ferramenta de avaliação de desempenho como um instrumento democrático e inclusivo da gestão do Complexo.

Com o título “Uso de Tecnologias na Segurança Pública para Preservar e Potencializar o Turismo: Desafios da Copa do Mundo no Brasil em 2014”, no sexto capítulo os autores apresentam dados relacionados à segurança pública e discutem sobre a importância do uso das tecnologias da informação e

comunicação pela segurança pública na América Latina, com foco no caso brasileiro, por meio da experiência da Copa do Mundo de 2014.

No sétimo capítulo, “Considerações sobre os desafios na Aplicabilidade da Lei de Execução Penal no Brasil”, os autores abordam sobre a precariedade do sistema prisional brasileiro, bem como sobre as condições desumanas encontradas especificamente em alguns presídios, apresentando reflexões sobre os desafios postos à aplicabilidade da Lei de Execução Penal.

Intitulado “Cultura de Aprendizagem em Cooperativas Agropecuárias do Estado de Roraima – RR”, no oitavo capítulo os autores buscam analisar a cultura de aprendizagem em cooperativas do ramo agropecuário do estado de Roraima à luz das disciplinas abordadas por Peter Senge (2001).

Assim, com os oito textos apresentados, e reforçando o objetivo dos dois primeiros volumes desta obra, convidamos você, não apenas para a leitura dos textos que compõem este volume, mas também para contribuir com os debates e com as reflexões acerca das organizações – sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil –, nos mais diferentes contextos, à luz de diferentes lentes de análises e perspectivas teóricas.

Hudson do Vale de Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	7
Arquivo-Geral do MPRN: Gestão Arquivística Documental no de Processo Digitalização do e-MP	7
Capítulo II	24
Narrativa e Militância na Reconstituição Histórica de uma Comunidade de Baixa Renda	24
Capítulo III.....	39
Empreendedorismo Socioambiental: Uma Abordagem Transdisciplinar nos Cursos Técnicos Integrados do IFRR/Campus Boa Vista Zona Oeste	39
Capítulo IV	47
Regimes internacionais e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e do meio ambiente no mundo: uma reflexão em relação à preservação do meio ambiente e dos animais	47
Capítulo V.....	57
Análise do Modelo de Avaliação de Pessoal adotado em Suape/Pernambuco	57
Capítulo VI	68
Uso de Tecnologias na Segurança Pública para preservar e potencializar o Turismo: desafios da Copa do Mundo no Brasil em 2014	68
Capítulo VII.....	78
Considerações sobre os desafios na aplicabilidade da Lei de Execução Penal no Brasil	78
Capítulo VIII	90
Cultura de Aprendizagem em Cooperativas Agropecuárias do Estado de Roraima – RR	90
Índice Remissivo	103
Sobre o organizador.....	104


Uso de Tecnologias na Segurança Pública para preservar e potencializar o Turismo: desafios da Copa do Mundo no Brasil em 2014

Recebido em: 05/04/2021

Aceito em: 23/04/2021

 10.46420/9786588319727cap6

Rodrigo Parras^{1*} 

Rodrigo Ribeiro de Paiva¹ 

Elaine Cristina da Silva Zanesco¹ 

INTRODUÇÃO

A América Latina é uma região que sofreu mudanças profundas ao longo dos últimos vinte anos. Pode-se observar a presença de aspectos positivos, como o desenvolvimento de uma economia regional mais próspera e integrada, bem como a existência de democracias mais consolidadas. No entanto, também é possível encontrar elementos contraditórios desse processo, como a região é a mais desigual do mundo. Em alguns países, os níveis de pobreza ainda excedem 40% da população (Cepal, 2012).

Além disso, a região enfrenta a expansão de problemas graves como a violência, o crime e a insegurança. Na verdade, 10 dos 20 países com maiores taxas de homicídios no planeta estão neste hemisfério (Unodc, 2013). Apesar das diferenças nacionais, a região enfrenta alta violência letal, com taxas de homicídios em quase níveis epidêmicos e uma percepção de segurança muito baixa. Essas características estão associadas a dois tipos de crimes com alta presença na América Latina, nomeadamente o crime comum e o crime organizado, ambos podem ser perpetrados com ou sem violência.

Estes crimes são considerados graves pela população. A resposta a eles reside na colaboração entre a polícia e a comunidade, com programas que promovem que utilizam redes sociais, tais como a identificação e prevenção de grupos de risco, como, por exemplo, Ongs. e associações. Deve-se notar que ambos os tipos de crimes podem ser encontrados em diferentes contextos. O diagnóstico não é homogêneo e cada contexto nacional apresenta diferenças na tipologia e magnitude dos fenômenos.

As tecnologias da informação e comunicação têm sido ferramentas importantes de apoio às forças policiais e estratégicas da segurança pública, fornecendo uma visão holística das cidades e a possibilidade de controle remoto dos espaços públicos.

Nesse contexto, o presente artigo pretende discutir a importância do uso das tecnologias da informação e comunicação pela segurança pública na América Latina, com foco no caso brasileiro. Para

¹ Universidade São Francisco (USF), Programa de Mestrado e Doutorado em Educação. Av. Sen. Lacerda Franco, 360 - Centro, Itatiba - SP, CEP: 13250-400.

* Autor correspondente: rodrigo.p@usf.edu.br

tanto, será apresentado um resumo da situação de violência no país, possibilidades de uso das tecnologias pela segurança pública nacional e a descrição da experiência da Copa do Mundo de 2014.

Para tanto, se utilizou de revisão bibliográfica e documental, considerando os contextos vivenciados no pré, trans e pós evento, relacionando as considerações de estudos e obras que consideram a presente temática.

IMAGENS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou, em junho de 2017, o "Atlas da Violência 2017", produzido em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O livro, que analisa os homicídios no Brasil, apresentou em seu site, as fontes utilizadas para o estudo, que são os dados de mortalidade do Sistema de Informação (SIM), do Ministério da Saúde, para os anos de 2005-2015, e informações dos registros policiais publicados no 10º Diretório de Segurança Pública do Brasil da FBSP.

Os dados compilados pelo Atlas são assustadores. O Brasil registrou 59.080 homicídios em 2015, enquanto em 2005 eram "apenas" 48.136, um aumento de 22,7%. São 160 mortes violentas por dia; comparativamente, seria a queda diária de um Airbus A320 ou Boeing 727-100.

O estudo analisa números absolutos e taxas de homicídios por 100.000 habitantes (o indicador internacionalmente reconhecido para comparações) entre 2005 e 2015. Para o Brasil como um todo, a taxa foi de 28,9 e os detalhes do Atlas traz dados por região, estado e municípios com mais de 100 mil habitantes. Deve-se notar que, em 2015, 2% das cidades representavam a metade dos assassinatos no país e que 10% (557) representavam 76,5% de todas as mortes.

Os Estados que mais dobraram as taxas de homicídio no período analisado estão localizados nas regiões norte e nordeste, sendo o pior caso o Rio Grande do Norte com aumento de 232% (44,9 em 2015 contra 13,5 em 2005), seguido por Sergipe (134,7%) e Maranhão (130,5%). Felizmente, houve também reduções desta taxa, como no caso dos Estados de Pernambuco e Espírito Santo que apresentaram queda de sua taxa em 20% e 21,5%, respectivamente, (mas as maiores reduções foram no Sudeste, em São Paulo, a taxa caiu 44,3% (21,9 para 12,2) e Rio de Janeiro em 36,4% (48,2 a 30,6).

A única análise isolada das taxas de homicídios pode ocultar o verdadeiro nível de agressão mortal por terceiros em um município. Um exemplo é Barreiras (Bahia), onde apenas um homicídio foi registrado em 2015, o que colocaria a cidade entre as mais pacíficas do país. No entanto, em Barreiras, naquele ano, houve 119 mortes violentas de causas indeterminadas (MVCI), uma taxa de 77,3 por 100 mil habitantes, que coloca a cidade entre os municípios mais violentos.

Por isso que, para estabelecer a lista das cidades mais violentas do Brasil em 2015, o estudo abrangeu as mortes por agressão (homicídio) e mortes violentas por causas indeterminadas (MVCI).

Altamira, no Pará, está na liderança, com uma taxa de 107; em seguida está o município de Lauro de Freitas (Bahia, 97,7), Nossa Senhora do Socorro (Sergipe, 96,4), São José de Ribamar (Maranhão, 96,4) e Simões Filho (Bahia, 92,3). No geral, as regiões do Norte e Nordeste representam 22 das 30 cidades mais violentas de 2015 e entre as 30 mais pacíficas, 24 são municípios na região Sudeste. No entanto, os dois primeiros na lista estão localizados no estado de Santa Catarina: Jaraguá do Sul (3,7) e Brusque (4,1). Em seguida, vem Americana (4,8) e Jau (6,3), no estado de São Paulo, e Araxá em Minas Gerais (6).

As vítimas são, em sua maioria, jovens entre 15 e 29 anos. Mais de 318 mil deles foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015, e apenas 31.264 assassinatos, nessa faixa etária foram cometidos em 2015. No que diz respeito aos estados, há uma grande disparidade de mortes, pois enquanto em São Paulo esse número diminuiu 49,4% nos onze anos, no Rio Grande do Norte, a taxa de homicídios entre os jovens aumentou em 292,3%. Os jovens continuam a ser as principais vítimas, representando mais de 92% dos homicídios. Em Alagoas e Sergipe, a taxa de homicídios dos homens jovens atingiu 233 e 230,4 por 100.000 habitantes, respectivamente, em 2015.

De cada 100 pessoas mortas no Brasil, 71 são pretas. De acordo com as informações fornecidas pelo Atlas, 23,5% das pessoas pretas são mais prováveis de serem assassinadas do que os brasileiros de outras cores da pele, após atualizar os efeitos da idade, educação, sexo, estado civil e local de residência.

Existem duas fontes de dados sobre óbitos devido à intervenção policial: a base de dados dá números relacionados à "intervenções legais e operações de guerra", que representa 942 e FBSP 3.320 em todo o país. Os estados que mais sofreram assassinatos, de acordo com o Ministério da Saúde em 2015, foram o Rio de Janeiro (281), São Paulo (277) e a Bahia (225). De acordo com dados do FBSP, foram registrados no estado de São Paulo 848 mortes por ação da polícia, 645 no Rio de Janeiro e 299 na Bahia.

Para completar o trabalho realizado pelo IPEA e o FBSP, primeiro pode-se colocá-lo no contexto global. Deve-se notar que, para assassinatos, o Brasil apresenta uma das piores situações entre países do mundo, de acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. Em 2013, último ano disponível em suas estatísticas globais, apresentava pouco mais de 40.000 mortos, quase igual à Índia que tem uma população seis vezes maior, mas à frente do México, Etiópia, Indonésia, Nigéria e África do Sul.

No entanto, se calcularmos o número de homicídios por 100.000 habitantes, o Brasil, em 2014, ficou no 10º lugar, com uma taxa de 24,6, atrás, por exemplo, de Honduras (74,6), El Salvador (64, 2), Venezuela (62), África do Sul (33) e Colômbia (27,9). No entanto, em geral, é nos municípios mais populosos, e especialmente nos bairros mais pobres, que as piores situações ocorrem.

É um contexto de guerra, para o qual são necessárias ações de segurança pública de desenvolvimento social por parte do Estado, com o apoio dos representantes da sociedade civil. Diferentes estratégias têm sido elaboradas para o combate à violência no Brasil, muitas delas utilizando das tecnologias.

NOVA INSEGURANÇA

A história dos países latino-americanos gerou mudanças na concepção de segurança. No século passado, isso consistiu na redução de ameaças externas ao Estado. Com o fim das guerras, a segurança tornou-se uma preocupação centrada na ordem interna, transformando a violência e o crime organizado em questões mais relevantes. Esta visão interna da segurança, posteriormente, teve que ajustar seu foco para deixar de circunscrever apenas um crime comum ou clássico, como o tráfico de drogas, homicídios, crimes contra pessoas, crimes de propriedade, entre outros; um crime organizado e dentro dessas formas criminosas entende que não só é desenvolvido com formas tradicionais, mas novas modalidades parecem ligadas a inovações tecnológicas, gerando novas dinâmicas criminosas, como consequência da globalização.

A natureza prejudicial da tecnologia não se refere somente às infrações cometidas no próprio ciberespaço (espaço virtual composto por cada computador e usuário conectados em uma rede mundial). As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também permitiram que os crimes tradicionais fossem capacitados através do uso de aplicações e redes de comunicação oferecidas pela web.

Por exemplo, o alto nível de dependência digital que as organizações bancárias atualmente possuem é um dos fatores que ocasionou o aumento dos crimes de fraude. Da mesma forma, a existência de mapas com fotografias de satélites em alguns portais do Ciberespaço pode facilitar a localização das propriedades propensas ao roubo e o amplo acesso aos smartphones e as aplicações que as mesmas agências de segurança oferecem para proteger a segurança do cidadão, aumentam as possibilidades de informações sobre a presença da polícia nas ruas, que são usadas pelos infratores ao planejar um crime.

Por outro lado, existem crimes que não só usam tecnologia como meio, mas também afetam o campo tecnológico e de digitalização. Este tipo de crime seria o computador, relacionado à internet, hackers e segurança digital, que afetam a população de maneira diferente.

Neste contexto de ansiedade do cidadão, aparente impunidade e maior complexidade do fenômeno da criminalidade, o reconhecimento público dos múltiplos custos da violência em várias manifestações aumenta o interesse em iniciativas políticas em todos os níveis. O papel principal da polícia de segurança digital levou a uma série de iniciativas de reforma nessas instituições na América Latina.

A polícia nas sociedades democráticas é uma das instituições mais importantes para ser o primeiro passo do cumprimento do sistema legal, prevenindo e controlando o crime e que, por sua vez, tem o poder de usar a força para proteger a ordem pública e a segurança (Arias et al., 2008).

O legado dos governos militares na polícia latino-americana foi a especialização em segurança pública marcada pela replicação da militarização em suas ações, com forte preconceito para proteger o Estado da ameaça interna, em detrimento da proteção e reconhecimento dos cidadãos (Frühling, 2003).

Portanto, a ação dos governos militares na América Latina abriu o caminho para a realização de reformas policiais e, em alguns casos, para a criação da polícia civil, em países onde não existiram (Cerqueira, 2014).

Quanto aos tipos de reformas policiais, dada a diversidade e particularidade de cada país, é difícil estabelecer diretrizes gerais para a região. No entanto, os governos compartilham o objetivo de regular a dependência, classificação e estrutura orgânica da polícia. Deve-se notar que, no nível centro-americano, as reformas são projetadas em longo prazo, que apontam para a criação de novas estruturas e a renovação da polícia. Isso porque as mudanças foram elaboradas a partir dos "tratados de paz".

Portanto, o planejamento era necessário com vistas ao futuro. Um elemento de extrema importância para compreender os processos da polícia latino-americana é a sua dependência hierárquica e seu caráter. A maioria da polícia está sujeita a uma autoridade civil, especificamente ao Ministério ou Secretário do Interior, Segurança, Governo e/ou Justiça.

Isso afeta o papel que a sociedade tem dentro do debate e participação do desenvolvimento das políticas públicas; observa-se que as missões da polícia e, portanto, as principais tarefas a que estão envolvidas são a manutenção da segurança, da ordem pública, da prevenção e controle da criminalidade.

Deve-se notar que este processo de reformas foi iniciado na década de noventa, destinado a retornar ou instalar câmeras, legitimar e melhorar a imagem pública, objetivos que, aliás, em muitos países ainda são válidos. As reformas policiais foram desenvolvidas paralelamente às inovações tecnológicas, evidenciando a necessidade de sua modernização, portanto, foram forçadas a incorporar esses aspectos na sua formação, gestão e resposta, dependendo dos recursos e da abertura à inovação de cada país.

Prova da necessidade de adaptação e flexibilidade às novas tecnologias, é que a Carta Latino-Americana de Governo Eletrônico (Egovernment), aponta que há necessidade de cooperação tecnológica entre os Estados, para avançar nos diversos campos de aplicação disponíveis foi feito. Esta carta afirma que: Embora o principal objetivo da administração em linha reside na transparência da gestão pública, é incontestável que seu escopo pode ser uma contribuição na cooperação entre os Estados contra o crime sem fronteiras promovido pela tecnologia.

A maioria dos governos da América Latina realizou investimentos significativos para melhorar suas capacidades tecnológicas. Não há dúvida de que, hoje em dia, a tecnologia oferece diferentes alternativas e ferramentas que podem ser implementadas ao serviço da segurança pública, otimizando substancialmente o processo de prevenção e resposta ao crime, possibilitando a mudança de forma de vigilância, prevenção e controle da criminalidade clássica.

A polícia, como instituição e como atividade, é obrigada a incorporar técnicas e tecnologias inovadoras, de acordo com novas tendências e contextos. Atualmente, tanto a polícia quanto os cidadãos, possuem várias ferramentas tecnológicas para lidar com problemas de segurança e atos criminosos, em alguns casos, prevenir crimes e, em outros, como auxílio à investigação.

Alguns desses elementos são bastante difundidos, tanto ao nível dos cidadãos como da polícia, enquanto outros são mais caros e de difícil acesso para o público em geral. No entanto, a inclusão da tecnologia na polícia pode ser encontrada em diferentes níveis:

- a) **Gestão institucional:** as inovações tecnológicas podem, sem dúvida, ser uma contribuição na gestão administrativa do pessoal, unificação do sistema de informação e aumentar a transparência de sua gestão antes da cidadania;
- b) **Proteção de Pessoal:** um elemento importante a considerar é como a tecnologia pode contribuir para a proteção do pessoal em seu trabalho diário, considerando o perigo constante ao qual estão expostos, onde os pontos vulneráveis devem ser minimizados o máximo possível. Para isso, é possível encontrar:
 - **Rádios:** permitem uma comunicação rápida antes de qualquer situação ou emergência;
 - **Patrulhas inteligentes:** estas patrulhas estão dotadas de múltiplas tecnologias que permitem, entre outras coisas, obter informações detalhadas;
 - **Drone:** veículo aéreo não tripulado, pode ser usado para observar áreas perigosas ou difíceis de acessar;
 - **Uniformes especializados:** a tecnologia incorpora elementos que permitem proteção física antes de situações perigosas.
- c) **Deterioração:** a tecnologia por si só pode ser um bom elemento persuasivo em que um ofensor desiste de cometer um ato criminoso. Dentro dessas tecnologias, você pode encontrar:
 - **Sistema de Posicionamento Global (GPS):** além de ser uma ferramenta para investigação privada, esses elementos estão disponíveis em passaportes, telefones celulares e automóveis dos Estados Unidos da América;
 - **Câmeras de trânsito:** permitem o reconhecimento remoto e a identificação de veículos infratores, bem como de veículos roubados;
 - **Câmeras de computador e microfones:** permitem o uso de "impressões digitais de áudio", que podem ser incorporadas em uma matriz de segurança global;
 - **Som da vigilância pública:** permite-lhe ouvir "sussurros perigosos", identificando "palavras-chave";
 - **Iluminação:** sistemas de iluminação automática;
 - **Aviso prévio:** as empresas de telecomunicações (telefones celulares, televisão e rádio) emitem mensagens de alerta em situações de emergência.

d) Prevenção de crimes: a tecnologia fornece ferramentas que ajudam a prevenir o crime, seja prevenindo-o ou impedindo que ele seja alcançado. Dentro dessas tecnologias, podemos mencionar:

- Sistemas de informação geográfica, SIG: permite a visualização de eventos em um mapa e, assim, calculamos o acúmulo de queixas em uma determinada área. O trecho “outra alternativa” já começa aqui. Outra alternativa é a análise de *Hot Spots*, que permite identificar áreas onde há uma concentração de pontos ou maior densidade delas no mapa. Este tipo de análise permite a observação de fenômenos de deslocamento de crimes em territórios próximos;
- Satélites: permite a localização de uma rua através do GPS ou através do Google Maps; a pesquisa de imagens geradas diariamente pelos diferentes tipos de satélites e com as quais as decisões são tomadas. Por exemplo, imagens que são usadas para a previsão do clima ou que podem ser usadas para georreferenciar uma zona de crime. Também permite a transmissão de voz e dados, como a internet e previsões meteorológicas; e significa usado para abordar "segurança nacional";
- Microchips: sua comercialização e implementação são atualmente usadas como uma medida para localizar e rastrear pessoas sequestradas. Também pode ser usado em circuitos fechados, especialmente microprocessadores, em aparelhos, computadores ou telefones celulares. Permite o monitoramento da prevenção e combate ao crime, já que eles possuem um lugar na implementação de alarmes de segurança e rastreamento por satélite em automóveis, lojas, circuitos fechados, computadores de mesa e laptops ou smartphones;
- Controle e pesquisa: a tecnologia permite monitorar certas situações e cooperar em assuntos de pesquisa;
- Internet: a web registra todos os movimentos de seus usuários. Desta forma, permite determinar a partir de onde foi navegado, as compras feitas on-line, conhecer os endereços IP, a análise de trânsito, o conteúdo dos sites a censurar, o monitoramento das redes sociais, bem como as tecnologias de monitoramento em tempo real;
- Identificação por identificação por radiofrequência (RFID): permite acesso a informações pessoais e acesso físico de pessoas, através de cartões de crédito, afiliação a academia, proximidade e controle de acesso; existem até chips para monitorar e controlar moedas;

- Biometria: também conhecido como sistema de identificação biométrica, é usado para controles de acesso, acesso a caixas eletrônicos e programas governamentais que exigem autenticação de impressões digitais, reconhecimento de íris, reconhecimento de voz ou uma combinação destes;
 - DNA: como uma impressão digital genética, permite a identificação de pessoas;
 - Reconhecimento de rosto: identifica automaticamente uma pessoa em uma imagem digital, comparando certas características faciais de outra fonte.
- e) Identificar novos tipos criminais: o uso da tecnologia identifica novas ameaças e padrões criminais relacionados ao crime. Não devemos esquecer que muitas organizações criminosas possuem tecnologia de ponta, por isso, se eles não estão atualizados com esses avanços, é possível estar sobrecarregado (Arenas, 2013).

Portanto, é necessário gerar mecanismos tecnológicos adequados, dada a velocidade de mudança e a complexidade do contexto social que ocorre em todas as áreas mencionadas. Como exemplo, no Brasil RedLTE (tecnologia móvel de transmissão de dados), em 2011, a Motorola implementou uma rede, na cidade de Brasília, banda larga que reservou 700 Mhz para o exército brasileiro para sua melhoria na estrutura de segurança. Vale ressaltar que foi anunciada a extensão para o Rio de Janeiro, o que poderia beneficiar outras agências de segurança.

USO DA TECNOLOGIA PARA A COPA DO MUNDO NO BRASIL

O governo brasileiro criou a Secretaria Extraordinária de Segurança para Eventos Principais, responsável pela segurança de brasileiros e turistas durante a Copa do Mundo, em 2014. A integração tecnológica de todas as agências policiais e de segurança foi a maior inovação deste secretariado. Esta integração tecnológica permitiu ter uma rede de comunicação de alta capacidade exclusiva, que permitiu a conexão dos quartéis centrais, dos estádios, dos costumes, das patrulhas e da Interpol.

Um dos grandes desafios do Brasil para a Copa de 2014 foi a renovação do seu sistema de telecomunicações e infraestrutura de TIC, para proporcionar uma comunicação de qualidade e também para melhorar a gestão dos 12 estádios que enfrentaram desafios em segurança, energia e planejamento, desde abril de 2013, as redes 4G foram lançadas comercialmente na banda de 2,5 GHz nas cidades da Copa das Confederações (junho de 2013).

Esta expansão continuou para as principais cidades brasileiras por ocasião da Copa do Mundo de 2014. Esse investimento chegou a U\$ 111 milhões apenas no desenvolvimento de redes 4G. Consiste em um sistema e uma rede de redes, com base no protocolo IP, que é alcançado graças à convergência entre redes a cabo e sem fio e pode ser usado por modems sem fio, smartphones e outros dispositivos móveis.

Em relação às organizações de segurança pública, isso se traduz em um amplo espectro de novas aplicações de comunicação, que permitem a velocidade de transferência de dados alcançar a velocidade da banda larga. Isso significa que uma consulta para um determinado banco de dados lança relatórios completos, cheios de imagens, como fotos de arquivos de polícia e clipes de vídeo, instantaneamente.

Ou seja, as redes 4G permitiram o uso de aplicações existentes, com maior desempenho e maior capacidade de resposta, bem como a proliferação de novas aplicações. O exército brasileiro contribuiu para o processo de definição da alocação dos 700 MHz no Brasil, cuja tecnologia o exército já conhecia, especificamente em relação à segurança pública.

O exército brasileiro também foi encarregado da segurança das 32 equipes da Copa do Mundo. Paralelamente a 4G, a comunicação de radiofrequência (RF) também estava em operação, cujo uso era uma prioridade nas arenas e para o uso exclusivo do pessoal encarregado do estádio: guardas, agentes, cinegrafistas, etc., que poderiam se conectar a esta rede sem ter que acessar a rede 4G sem fio.

Este serviço foi entregue pela empresa *Radio Frequency Systems* (RFS). Além disso, àqueles que frequentavam os estádios tinham acesso à internet de 50 MB por segundo. Juntamente com esses avanços nas comunicações, durante a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, estavam presentes os drones que passaram pelos estádios para garantir a segurança do público.

A *Elbit Systems* foi a empresa responsável por fornecer tecnologia para a segurança da Copa do Mundo, com um drone Hermes 900 que patrulhava o céu durante os jogos. Esses drones foram comandados pela Força Aérea Brasileira e se juntaram ao avião Hermes 450 não tripulado que já usava para o controle aéreo (Cromo-El Observador, 2014).

Outra empresa, o Grupo Risco, também buscou a segurança dos concorrentes no novo estádio Arena Pantanal, em Cuiabá, com sistemas de segurança avançados que, juntamente com a identificação de quem tentou entrar com tickets falsos, controlaram cerca de 300 áreas fora e por dentro do estádio (Cromo-El Observador, 2014).

Um dos desafios em termos de segurança é sem dúvida a organização de megaeventos. Cuidando de milhares de pessoas em um contexto onde a efervescência e o comportamento de massa testam qualquer sistema de segurança. O Brasil recebeu a Copa do Mundo de Futebol, de 2014, o que implica desafios que foram além do esporte. A organização de megaeventos esportivos é compartilhada, em geral, por organizações e órgãos governamentais nacionais e locais, juntamente com associações e federações desportivas no campo nacional e internacional.

A vigilância por vídeo foi expandida em todas as grandes cidades e a cooperação foi gerada entre as Forças Armadas do Estado. As forças de segurança equiparam e treinaram especialmente para a Copa do Mundo, uma vez que eles foram responsáveis pelo controle de fronteiras, segurança rodoviária, segurança urbana e estádios e a condução de multidões durante o torneio. No caso particular das fronteiras,

também contaram com o apoio da Interpol e sua base de dados perigosas e perturbadoras, tanto no controle como na autenticação de passaportes, e na identificação de pessoas perigosas e problemáticas. O resultado da ação da inteligência com o apoio tecnológico foi um evento sem intempéries, com uma gestão de riscos eficiente e a oferta de segurança para a população.

CONCLUSÕES

As políticas públicas devem ter flexibilidade para se adaptarem à nova dinâmica do crime e à incorporação de novas tecnologias. A necessidade de uma maior coordenação da resposta entre as diferentes agências de segurança e de emergência também foi detectada. Paralelamente, é necessário um maior investimento em inovações tecnológicas para aumentar seu uso em questões de segurança pública. É necessário um acompanhamento e avaliação constante da execução e impacto dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arenas RH (2013). La innovación tecnológica satelital para la prevención del delito en el Estado de México. *Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla*, VII(31): 7-27.
- Arias P et al (2008). Control, disciplina y responsabilidad policial: desafíos doctrinarios e institucionales en América Latina. Santiago: FLACSO.
- Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2012). Anuario estadístico de América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL. 216p.
- Cerqueira DRC (2014). Causas e consequências do crime no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES. 196p.
- Cromo-El Observador (2014). Obtenido de América Economía. Tecno.
- Frühling H (2003). Policía comunitaria y reforma policial en América Latina. ¿Cuál es el impacto? Serie Documentos. Centro de Estudios de Seguridad Ciudadana.
- Interpol - The International Criminal Police Organization (s.f.). Interpol. Recuperado el Junio de 2014, de Interpol.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017). Atlas da Violência. 76p.
- UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2013). Global study on homicide. Trends, contexts, data. Vienna.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América Latina, 5, 68, 71, 72, 77
aspectos identitários, 27, 33

B

Brasil, 3, 4, 5, 9, 17, 21, 22, 24, 26, 31, 37, 38, 52,
53, 56, 68, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82,
84, 86, 87, 88, 92, 93, 101

C

cargo, 58, 62, 63
Comunidade, 4, 24, 36, 37
cooperativas, 5, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98,
99, 100, 101, 102
cultura de aprendizagem, 5, 91, 94, 96, 100, 101,
102

D

desenvolvimento sustentável, 54
Digitalização, 4, 7, 11, 16, 22, 23
Dignidade, 34, 87
direitos humanos, 22, 84, 85, 86, 88
documento, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19

E

Empreendedorismo, 4, 39, 46
empresa, 15, 16, 18, 23, 57, 61, 62, 66, 76, 87,
101
Execução Penal, 5, 78, 79, 83, 84, 85, 87, 88

G

gestão, 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 19, 20, 22,
23, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 72, 73, 75,
77, 87, 92, 95, 101, 102
Gestão Arquivística, 4, 7

I

identidade comunitária, 28

L

lei, 8, 10, 21, 53, 54, 80, 81, 82, 83, 84, 93

M

meio ambiente, 4, 42, 43, 45, 47, 49, 53, 54
modelos mentais, 94, 98, 99
MPRN, 4, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 23

O

organização, 13, 35, 40, 41, 42, 48, 57, 58, 59,
64, 76, 92, 93, 94, 102

P

Pena, 88, 89
proteção animal, 52, 53, 56

R

regimes internacionais, 4, 47, 48, 49, 50, 51, 52,
54, 55
responsabilidade, 1, 3, 11, 17, 39, 40, 43, 46, 51,
57, 86, 93, 96

S

segurança pública, 4, 68, 70, 71, 72, 76, 77, 86
Socioambiental, 4, 39, 43, 46
software, 11, 15, 19, 20
Suape, 4, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67

T

Transdisciplinaridade, 39, 46

SOBRE O ORGANIZADOR



Hudson do Vale de Oliveira

É Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Faz parte do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISPE), atuando, também, no Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF). É Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). É Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFRR. É Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Possui experiência e interesse de projetos (pesquisa e extensão) nas seguintes áreas: Agronegócios, Sustentabilidade, Cooperativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Pública, Inovação Social e Educação. Email para contato: hudson.oliveira@ifrr.edu.br



ISBN 978-658831972-7



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br